



MANIFESTO DAS TÉCNICAS E DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (TAES)

Em defesa da Universidade Pública e da Democracia

Na ocasião de realização da 75ª reunião anual da SBPC, ocorrerão atividades com o Ministro da Educação e o pleno da Andifes. Aproveitamos a oportunidade para o ato de entrega deste Manifesto em Defesa da Universidade Pública e da Democracia.

Sob os governos de Temer e Bolsonaro, vivemos um período de avanço do autoritarismo no país. Precisamos de ampla unidade para defender os direitos conquistados pelos movimentos sociais e, sobretudo, a democracia, atacada com afinco durante o governo fascista de Jair Bolsonaro.

A tentativa golpista de 8 de janeiro demonstra que a extrema-direita ainda persiste na estratégia autocrática. Neste contexto, os esforços pela unidade de todas as forças progressistas que compõem as Universidades precisam ser colocados em primeiro plano, com base num programa político de defesa das instituições públicas, dos direitos sociais e das liberdades democráticas.

Neste manifesto, construído coletivamente, elencamos dois pontos programáticos principais que defendemos como lutadores e lutadoras que se organizam na UFPR, UTFPR e UNILA. Nele, estão as bases para a nossa posição política diante das eleições para as Reitorias.

1. DEFESA DA DEMOCRACIA, DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Avaliamos que a Democracia e a Autonomia Universitária precisam ser defendidas na prática, com respaldo dos Conselhos Superiores e apoio dos movimentos sociais organizados no interior das Universidades e na sociedade.

Como a Andifes, defendemos o fim da lista tríplice e o respeito à escolha de Reitor(a) efetivada pela comunidade universitária, bem como a nomeação da candidata ou do candidato mais votado pela presidência da República.

Tanto no governo de Temer, quanto no de Jair Bolsonaro, observamos uma postura autoritária sobre os órgãos de controle, transformando-os em instrumentos de pressão contra o livre exercício da autonomia. Foi preciso uma atitude firme, **respaldada pela comunidade universitária**, para resistir a uma série de ataques. Ditadura nunca mais!



2. DEFENDEMOS A PARIDADE NAS CONSULTAS ELEITORAIS NAS UNIVERSIDADES, NO ÂMBITO DA ESCOLHA DOS REITORES E DAS REITORAS, DIREÇÕES DE SETOR, CHEFIAS DOS DEPARTAMENTOS E COORDENADORES DOS COLEGIADOS

A paridade de voto entre técnicos, estudantes e docentes é um princípio que precisa ser assegurado.

Somos irredutíveis quanto à manutenção da Autonomia Universitária, tal como está no artigo 207 da Constituição Federal (CF) de 1988. As políticas educacionais estabelecidas no âmbito das IFEs devem ser definidas com participação democrática dos trabalhadores e estudantes. Nesse sentido, também é importante a aplicação da paridade na composição e funcionamento das comissões internas.

Entendemos como inconstitucional o art. 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que determina a divisão de poderes (70% para servidores docentes e 30% para estudantes e técnicos) entre as classes que compõem a comunidade universitária. A legislação é uma afronta ao artigo 205 da Carta Magna, que possui a **gestão democrática da educação** entre os seus princípios. Como é possível atender à Constituição quando a disposição de forças entre as categorias é realizada de maneira hierárquica?

Em 2008, durante o governo do presidente Lula, foi criada a lei dos Institutos Federais de Ensino que espelha a gestão democrática na educação ao colocar a paridade entre as três categorias. Recentemente, o ministro Camilo Santana (MEC) em reunião com a direção nacional da Fasubra, externou seu amplo apoio à reivindicação das técnicas e dos técnicos.

Precisamos avançar no debate democrático mais estrutural nas Universidades em vistas de superar a discriminação histórica enfrentada pelos TAEs, que deveriam ter o direito a concorrer a eleição para as Reitorias.

A paridade precede a escolha dos gestores universitários e envio de lista tríplice.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos na humanidade e no papel emancipador da classe trabalhadora organizada nos movimentos sociais. Acreditamos no papel transformador da educação, em todos os níveis. Com unidade de todas as pessoas que defendem o direito à vida, os direitos humanos, os direitos sociais, os serviços públicos, a soberania nacional e a democracia, venceremos de vez o autoritarismo e o perigo fascista.

Viva a gestão democrática na Universidade Pública, gratuita, autônoma, cidadã, popular, crítica, laica e socialmente referenciada!